

- **Discurso do Presidente do Tribunal Supremo, proferido na sessão de abertura do I Colóquio sobre “Direito Processual”, Maputo, 10 de Outubro de 2019**



## **TRIBUNAL SUPREMO**

Venerando Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssimo Provedor da Justiça;

Digníssimo Vice Procurador-Geral da República;

Excelentíssima Senhora Embaixador de Portugal;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Digníssimos Procuradores – Gerais Adjuntos;

Venerandos Juízes Desembargadores;

Digníssimos Sub-Procuradores da República

Caros Presidentes dos Tribunais Judiciais de Província e da Cidade de Maputo;

Senhor Director da Faculdade de Direito da UEM;

Distintos oradores;

Caros colegas das diversas magistraturas;

Distintos convidados;

Excelências;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

No ano de 2018 foi celebrado o protocolo de Cooperação entre o Tribunal Supremo de Moçambique e o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal. De entre outras matérias, ficou acordado que seria organizado um Colóquio de Direito Processual, numa base anual e de forma alternada, em Moçambique e Portugal.

Este é o primeiro Colóquio que organizamos ao abrigo do Protocolo e é nossa pretensão que seja uma referência no desenvolvimento do Direito nos dois Países.

É nos grato saudar, em nome de todos os colegas da Magistratura Judicial moçambicana, Vossa Excelência, Venerando Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal e distinta delegação.

SEDE BEM VINDOS AO NOSSO PAÍS, AO MEU PAÍS. Estas palavras encerram todo o conteúdo comunicativo da cordialidade e da franqueza que caracterizam um povo que estima a convivência, que gosta de receber bem os amigos.

Temos praias lindas, paisagens deslumbrantes, uma rica gastronomia, mas, como um povo, temos o orgulho de afirmar, sem falsa modéstia, que todos esses factores não cativam mais os nossos visitantes do que a afabilidade natural dos moçambicanos; por isso, é nosso franco desejo que, por onde passarem, na Pérola do Indico e nesta Cidade das Acácias, encontrem o ambiente de beleza e de tranquilidade, mas acima de tudo convivam e desfrutem de nossa hospitalidade.

Também saudámos aos nossos pares do sector da Justiça e a todos os que, com entusiasmo, com maior ou menor sacrifício, não quiseram deixar de acudir ao convite por nós formulado para este banquete jurídico.

Cumprimentos especiais aos qualificados e bem conhecidos oradores e moderadores. Destaco a Veneranda Juíza Conselheira Dra. Matilde Monjane por todo o trabalho que teve na concepção e coordenação dos trabalhos preparatórios deste Colóquio, mesmo num momento particularmente difícil para ela e família. A todos o nosso muito obrigado.

*Distintos Convidados, Excelências;*

Queremos significar-lhes o alto interesse com que acolhemos este evento.

O Colóquio acontece num momento em que o nosso País está empenhado num processo de renovação legislativa. Com efeito, foram recentemente aprovados vários instrumentos legais estruturantes, que agora aguardam promulgação e publicação; referimo-nos designadamente, ao Código Penal, Código de Processo Penal, Código de Execução de Penas, Lei das Sucessões, Lei da Família e Lei sobre os Casamentos Prematuros, só para citar os exemplos mais sonantes. E tudo indica que o processo

será continuado, para agrado de todos, e particularmente dos que têm por missão aplicar as leis.

Para sustentar este amplo movimento de reforma legal, apontam-se como objectivos, entre outros, a moçambicanização da Justiça, a humanização das leis, a simplificação de procedimentos e com ela a celeridade da justiça administrada.

É também um momento de enorme pressão sobre o Judiciário, ao qual se exigem respostas rápidas, perante uma demanda cada vez mais crescente e mais complexa.

Creemos que nesta augusta assembleia ninguém duvida que nos tempos que correm, tempos de mentalidade crítica, de reformas, de crescente judicialização dos conflitos, o intercâmbio na área do saber jurídico, como noutras áreas, é fundamental.

É manifesto que hoje, muitas questões jurídicas que a vida suscita superam, na sua caracterização, as fronteiras geográficas, políticas ou jurídicas dos Estados, tornando-se salutar a colaboração entre por uma assídua e exacta troca de informações, pelo confronto de ideias e troca de experiências e resultados dos métodos usados para fazer face aos desafios comuns ou parecidos.

Trata-se de evento que propicia o aprofundamento do conhecimento do que está em vigor no nosso País, mas também o conhecimento da doutrina, da jurisprudência e disciplina normativa de países com a mesma tradição jurídica que a nossa, como é o caso de Portugal, identificando as virtudes e as causas do insucesso de algumas soluções jurídicas.

Na inauguração deste Colóquio, podemos revisitar muitas questões que hoje se colocam: será que temos usado adequadamente o instituto da prisão preventiva? O aumento exponencial dos pedidos de *habeas corpus* nos últimos anos, muitos deles com desfecho favorável, não será indicador de que estamos a abusar do instituto e usando-o para satisfação de outros interesses que não sejam os de garantir o sucesso da instrução? Qual o ponto de equilíbrio entre a sempre reclamada celeridade e a imprescindível qualidade das decisões? Como fazer o balanço entre o tempo da Justiça e o tempo do Cidadão? Há lugar à indemnização por danos não patrimoniais por despedimento injusto e se sim, como ajustar com a pretensão duma maior flexibilidade na cessação da relação laboral, em nome da competitividade e melhoria do *Doing Business*?

Para todas estas questões certamente que não haverá respostas cabais, mas este Colóquio inscreve-se nas iniciativas na busca de tais respostas. Oxalá que, no fim, tenhamos algumas.

Aguardando confiadamente no sucesso deste Colóquio, formulámos votos de frutuosa debates e confronto de práticas e experiências, e que todos saiam

enriquecidos do domínio dos conceitos e esclarecimentos sobre os aspectos científicos das matérias inscritas na ordem dos trabalhos.

MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO”